

A IDEIA DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO QUE EMERGE DA TEORIA GERAL DE KEYNES

NIEMEYER ALMEIDA FILHO*
TIAGO CAMARINHA LOPES**

Resumo

Este artigo coloca a *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* em relação com o conceito de planejamento econômico ao apresentar as leituras teóricas e práticas da obra de Keynes. É argumentado que a ideia de intervenção estatal sistemática precede a proposição política de Keynes, porque ela surge das condições históricas do fim do *laissez-faire* na virada para o século XX, e que a política fiscal estrutural de manutenção de certo nível da demanda efetiva é um tipo de planejamento que difere do planejamento econômico na sociedade socialista.

Palavras-chave: Keynes; Keynesianismo; Liberalismo; Planejamento econômico.
Códigos JEL: N40, P00.

Abstract

This paper relates the *General theory of employment, interest and money* with the concept of economic planning by presenting the theoretical and practical perspectives of Keynes's work. It is argued that the systematic state intervention is prior to the political proposal of Keynes, because they are the result of the historical conditions of the end of *laissez-faire*, and that the structural fiscal policy of maintenance of a certain level of the effective demand is a type of planning that differs from the economic planning in the socialist society.

Key-words: Keynes; Keynesianism; Liberalism; Economic planning.
JEL codes: N40, P00.

Introdução

A retomada do pensamento keynesiano, nos meios acadêmicos e em fóruns de discussão de políticas, que vem ocorrendo desde 2007 com a crise do *subprime*, é flagrantemente seletiva, concentrando-se em elementos teóricos e interpretações que guardam funcionalidades com as necessidades

* Professor titular do Ieri/UFU (Universidade Federal de Uberlândia), Uberlândia, MG, Brasil. E-mail: <nafilho@ufu.br>.

** Professor Face/UFG (Universidade Federal de Goiás), Goiânia, GO, Brasil. E-mail: <tiagocamarinhalopes@gmail.com>.

contingentes do capitalismo nos últimos três anos. Desses elementos, a intervenção do Estado e dos governos nacionais nas economias está especialmente ressaltada. Emblema desses fenômenos são os extraordinários montantes de recursos transferidos das contas públicas dos Estados Unidos para o setor privado — financeiro e não financeiro —, que alcançaram níveis recordes e até então inimagináveis. Não por outra razão essa crise foi comparada, em termos de repercussão sobre a economia global, à Crise de 1929. Para compreender por que eventos similares se repetem em torno da temática “liberalização *versus* coordenação econômica” é preciso fazer uma análise histórica da evolução do sistema econômico global, assim como das ideias que captam a contradição entre mercado e plano no século XX. Uma das maneiras de iniciar tal estudo é descrever o pensamento econômico de Keynes.

A possibilidade e legitimidade da intervenção estatal sobre o mercado em Keynes, assim como no contexto histórico de origem, sempre gerou polêmica. Em Hannsgen & Papadimitriou (2009) há uma avaliação dos termos atuais das discussões sobre a pertinência e repercussão das políticas econômicas de resposta à crise de 2007. Em parte, retoma-se uma discussão que nunca foi superada de avaliação do efeito econômico das políticas do New Deal, sobretudo da ideia de que a expansão dos gastos públicos (mas também privados) pode efetivamente ter efeitos sobre o crescimento da economia. Os autores citam os principais críticos, realçando os argumentos de Barro (2009), Ohanian (2009) e Reynolds (2009).¹

O artigo sustenta teoricamente que as proposições da *Teoria geral*, especialmente as que finalizam a obra no Capítulo 24, apontam para uma ação estrutural do Estado de intervenção no espaço dos mercados, tanto pela via da taxaço quanto pela via do gasto. É argumentado que daí decorre a exigência de planejamento para que essa ação pública ocorra na direção e sentido determinados pelo campo da política (os parlamentos).

Com base nessa descrição das políticas econômicas que seriam retiradas da principal obra de Keynes, são apresentadas duas conclusões: primeiro, o planejamento em oposição ao Estado liberal é um evento que brota das circunstâncias objetivas dadas pela história e não de propostas filosó-

¹ Este artigo contempla em parte um posicionamento neste debate, embora alcance ainda um aspecto não discutido, que é o da importância do planejamento econômico estatal no contexto do pensamento keynesiano. Esse tema aparece secundariamente em alguns dos trabalhos de estudiosos e seguidores de Keynes, tais como Moggridge (1976), Milgate (1989), Chick (2010), Beaud & Dostaler (1995), Kicioof (2007), e como um dos elementos centrais em Carvalho (1997).

ficas ou morais de “homens de visão” e, segundo, a proposição intervencionista de Keynes difere da proposição do planejamento econômico da sociedade socialista.

A primeira seção relaciona as políticas keynesianas com o conteúdo da *Teoria geral*, enfatizando que a exposição teórica de Keynes respalda o Estado ativo em oposição ao Estado liberal, embora o caráter exato dessa atividade seja campo de acirrado debate. A segunda seção indica que as condições de intervenção sistemática na economia emergiram de desenlaces históricos que resultaram do fim do *laissez-faire*, e que Keynes, portanto, monta um arcabouço teórico que já nasce alinhado com a realidade de seu mundo. Finalmente, como forma de aproximar o conceito das políticas que se originam da *Teoria geral* da ideia de planejamento, a terceira seção busca posicionar Keynes no debate sobre o cálculo econômico socialista. Uma breve conclusão fecha o artigo.

Teoria Geral: conflitos teóricos, concordância prática

A principal obra de Keynes, a *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, publicada originalmente em inglês, em 1936, é uma obra de repercussão mais ampla do que os limites impostos pela Academia. O contexto histórico da época de sua publicação era do New Deal de Roosevelt, no qual houve ampliação do campo de ação da política pública americana de modo que expandisse os gastos sem lastro para aumentar o nível da atividade econômica e do emprego. A obra de Keynes, de algum modo, respaldava essa ação, entendendo-a como intrínseca às funções do Estado no campo da economia daquela primeira metade do século XX. Não obstante, o argumento geral do livro é bem mais amplo, dirigindo-se também aos economistas em geral para contestar os termos do pensamento liberal clássico.

A *Teoria geral* pode ser interpretada em pelo menos duas perspectivas: a teórica e a prática. Enquanto a primeira se restringe aos aspectos de crítica ao modelo clássico, em especial, à lei de Say, a segunda diz respeito às repercussões que a obra apresentava para a política econômica de Estado. O problema é que essas perspectivas muitas vezes não apresentam compatibilidade.

As polêmicas que permeiam os debates dos economistas que trabalham dentro do arcabouço erguido por Keynes se devem à relação contraditória entre os aspectos teóricos da *Teoria geral* e as proposições da “filosofia

social” que dela derivam. Essa particularidade na obra de Keynes é reflexo da sua hercúlea tarefa de buscar a combinação de padrões de organização tão distintos quanto os da economia de mercado e os da economia planificada. Por isso, mesmo que haja concordância sobre o fato de a obra respaldar a ação estatal, o caráter exato dessa manobra torna-se um ponto fértil de discussões e controvérsias entre os economistas. Em outras palavras, se pelo lado teórico há acirrados debates sobre a determinação do “modelo”, por outro, há unanimidade na aceitação de que a teoria de Keynes evoca um Estado ativo, cuja definição mais precisa reintroduz, de outro ponto de vista, novas discórdias teóricas.

Em relação à teoria pura em economia, sabe-se que Keynes buscou apontar para uma falha da escola tradicional, ao mesmo tempo que se esforçou para corrigi-la. Assim, no capítulo 1 ele aponta que o livro procura “contrastar a natureza dos [seus] argumentos e conclusões com os da teoria *clássica*”, na qual ele havia sido formado. Isto porque ele estava convencido de que grande parte dos problemas que o capitalismo vinha enfrentando desde os anos 1920 relacionavam-se a uma inadequação da visão dominante sobre o funcionamento da economia do primeiro quartel do século XX. Conseqüentemente, as políticas que vinham sendo adotadas em situações críticas não eram adequadas. Keynes reconhece assim que as condições reais estavam em desacordo com a teoria econômica prevalecente. Em outras palavras: enquanto os economistas afirmavam que a crise e o desemprego eram uma impossibilidade, a situação real depois da quebra de 1929 mostrava que havia algo de muito errado com o modelo econômico dominante.

Por outro lado, os aspectos teóricos da *Teoria geral* parecem desaparecer no ar quando se trata de dominar um embate essencialmente político. Neste sentido se compreende porque Keynes, por conta da sua determinação de fazer valer a essência dos seus argumentos e buscando uma influência decisiva na forma de pensar da sua época, não se preocupou em polemizar a respeito dos diversos elementos teóricos da sua obra. Ao contrário, como mostra a sua reação passiva ao receber o artigo de John Hicks ([1937] 1988), onde se estabelecem as bases para a Síntese Neoclássica, uma interpretação das proposições de Keynes como um caso particular da leitura neoclássica.² Em troca de cartas com Joan Robinson, que lhe cobrava

2 Em Franco (1988) há uma nota (10, p. 130) que sintetiza essa postura de Keynes: “A defesa de Hicks, durante as duas décadas que se seguiram à publicação do artigo, baseava-se no

um esclarecimento de seus pontos de vista, Keynes disse que preferia esperar para consolidar as suas ideias e, mesmo, esperar que ele próprio se fixasse numa determinada posição, mostrando que não estava preocupado em firmar uma leitura única da sua obra. Isso fortalece o argumento, contrário ao de Chick (2010), de que a *Teoria geral* seria uma obra essencialmente política e não técnica-teórica.

Portanto, as interpretações e polêmicas a respeito do conteúdo e significado da *Teoria geral* parecem ter sido estimuladas pelo próprio autor. Elas são em parte responsáveis pela notável repercussão do trabalho e pela sua aparente insuperável relevância; assim como pelas discussões a respeito da intencionalidade de Keynes em pontos específicos, ou mesmo especificações que caberiam à sua obra. Aí se enquadram, muito bem, os elementos postos no capítulo 24. O próprio título do capítulo (Notas finais sobre a filosofia social a que poderia levar a *Teoria geral*) já dá margem a especulações. É nesse sentido que podemos afirmar que as controvérsias entre os economistas no contexto da Revolução Keynesiana são um produto da relação ambígua entre os aspectos teóricos e filosóficos (social) da *Teoria geral*.

Uma síntese esquemática do capítulo 24 pode ser a seguinte. Para Keynes a sociedade capitalista apresenta dois defeitos principais: *a*) uma incapacidade para proporcionar o pleno emprego; e *b*) uma arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas. Desses dois defeitos, Keynes propõe-se a tratar diretamente do primeiro, embora afirme que o núcleo da Teoria pode ser também relevante para o segundo.

A base empírica, como não poderia deixar de ser, são os dados da tributação direta realizada na Grã-Bretanha até os anos 1930, que vinha conseguindo realizar considerável progresso (*sic*) na diminuição das grandes desigualdades de riqueza e de renda. Desta constatação, vem a indagação ordenadora do argumento do capítulo: por que não aumentar (intensificar) o uso deste instrumento? Keynes aponta duas restrições que eram então comumente apresentadas: *i*) o receio de que a taxação elevada pudesse

argumento de que ele “propunha naquele trabalho a nada mais que um arranjo do que parecia ser a parte central dos ensinamentos de Keynes para fins de exposição” (apresentado em Hicks (1979), p. 73) e também na opinião do próprio Keynes a respeito. Em relação ao artigo, este afirmou, em carta a Hicks, de 31-3-1937, reproduzida em Hicks (1973), p. 157 e em Moggridge (1973), pp. 79-81: “Achei muito interessante e realmente tenho muito pouco a dizer em termos de crítica. Embora a autoridade de Keynes não pareça suficiente, por si só, para «reabilitar» o artigo, serve para afugentar alguma crítica pouco fundamentada a respeito”.

estimular a evasão fiscal; e a opinião de que o aumento do capital dependia da poupança dos ricos, que seria diminuída pelo aumento dos impostos.

O foco da análise fica nesta segunda restrição. A base teórica para o argumento vem da própria formulação do esquema da demanda efetiva, particularmente da explicação de como o investimento é determinado. Para ele, dentro dos limites da existência do pleno emprego, o crescimento do capital não depende absolutamente de uma baixa propensão a consumir; ao contrário, o crescimento do capital é reprimido por ela. Em outras palavras, o aumento da poupança individual provocaria queda no investimento.

Seguindo a sua avaliação das condições históricas dos anos 1930, a poupança institucionalizada — através de bancos e fundos de amortização — seria mais adequada do que a poupança individual, e as medidas destinadas a distribuir renda, no sentido de aumentar a propensão a consumir, muito mais favoráveis ao crescimento do capital. Então, a melhor política seria reduzir a taxa de juros até um nível que, em relação com a curva da eficiência marginal do capital, o pleno emprego fosse atingido. A curva da eficiência marginal do capital corresponde às taxas de retorno para diferentes tipos e quantidades de ativo, enquanto a taxa de juros funciona como medição da oportunidade de custo do dinheiro.

Portanto, o objetivo da política econômica deveria ser aumentar o volume de capital até que ele deixe de ser escasso, de modo que o investidor, sem função, deixe de receber qualquer benefício; e depois criar um sistema de tributação direta que favoreça a atuação do empresário, em todas as suas vertentes de atividade, a dedicar-se ativamente à produção de riqueza em condições razoáveis de remuneração. Dessa forma, de acordo com Keynes, seria possível manter “certo grau de individualismo” ao mesmo tempo que haveria a “eutanasia do rentier”.

Agora, esta forma de argumentar a respeito do significado que poderia ter o aumento dos impostos sobre a demanda efetiva e sobre a atividade econômica veio dar margem a apropriações diversas³ das vantagens que via Keynes na ampliação da ação do Estado. É preciso ressaltar que, mais do que apenas medidas sobre o campo das ações privadas, como são

3 As apropriações diversas são interpretações a respeito do papel do Estado numa economia capitalista. O interesse de Keynes relacionava-se, claramente, ao efeito que a ação do Estado poderia apresentar para a demanda efetiva, isto é, o efeito que os gastos públicos poderiam ter para o investimento social. No entanto, as Políticas Keynesianas denotam uma ação estrutural sobre o campo das ações privadas, que ocorrem no espaço do mercado. Talvez por isso as Políticas Keynesianas tenham sido desde os anos 1970 objeto de contestação dos adeptos do Neoliberalismo.

pensadas em geral as políticas keynesianas, o argumento de Keynes sugere que o ideal seria que o Estado e o Governo atuassem ativamente para melhorar as condições econômicas internas, centrando-se nos elementos que pudessem elevar o nível do investimento interno.

De toda maneira, em relação à perspectiva prática da *Teoria geral*, parece não haver discórdias quanto ao fato de o Estado ter uma certa função. Em outras palavras, quando se trata de contrapor o Estado do *laissez-faire* com a proposição política de Keynes, todos concordam que a *Teoria geral* respalda o Estado como agente ativo. Mas como deve ser essa atividade em específico? E quais são os limites que não devem ser ultrapassados, para que não se debande para uma economia centralmente coordenada? Afinal, como ressalta Oreiro & de Paula (2003), “trata-se de buscar um meio-termo entre liberalismo econômico e o intervencionismo soviético”, ou seja, de forjar não só uma economia dirigida, mas uma economia “capitalista adequadamente dirigida”. Evidentemente, esses são aspectos que desencadeiam uma série de debates que expressam as complicações graves que emergiram com o fim do *laissez-faire*.

Keynes parece estar ciente da amplitude do problema, como se pode constatar no próprio capítulo 24, no qual ele se esforça ao máximo para indicar que suas propostas não vão contra a liberdade individual:

[. . .] enquanto a ampliação das funções do governo, que supõe a tarefa de ajustar a propensão a consumir com o incentivo para investir, poderia parecer a um publicista do século XIX ou a um financista americano contemporâneo uma terrível transgressão do individualismo, eu a defendo, ao contrário, como o único meio exequível de evitar a destruição total das instituições econômicas atuais e como condição de um bem-sucedido exercício da iniciativa individual (Keynes ([1936] 1982)).

Assim, o Estado teria funções específicas de criar um ambiente favorável ao investimento privado, em um procedimento que poderíamos denominar de “política de incentivo estrutural” ou “política fiscal estrutural de manutenção de certo nível da demanda efetiva”. Ou seja, trata-se de uma atividade de contínuo suporte às instituições que fundamentam o funcionamento do mercado para que as decisões de investimento ocorram de forma continuada. Dessa forma, os ciclos econômicos seriam reduzidos

a um mínimo, o que garantiria uma expansão similar à vivida pela Inglaterra durante a época liberal.

Ocorre que o envolvimento do Estado com o investimento exigia algum tipo de cálculo que fosse correspondente ao do cálculo econômico efetuado pelo detentor de dinheiro na economia capitalista, que segue o princípio de maximização do lucro. Tal cálculo, como se sabe, consiste na comparação da Eficiência Marginal do Capital (EMK)⁴ com a taxa de juros. Caso a expectativa seja de que a primeira seja maior que a segunda, o empresário efetua o investimento. E o Estado? Como funciona o direcionamento dos recursos para investimento em uma sociedade que pretende coordenar sua atividade econômica de acordo com seus objetivos?⁵ Mesmo considerando que os governos reunissem condições de autonomia suficientes para operar os recursos públicos, a regulação da atividade pública já existente na primeira metade do século XX impunha restrições e responsabilidades aos governantes que precisariam ser observadas.

A proposta de Keynes, como se viu, estava em consonância com um Estado ativo que influenciasse a decisão de investir. Neste sentido prático-político, existe unanimidade em apontar para a teoria apresentada por Keynes como justificadora do aumento do Estado sobre o mercado. De maneira semelhante, Fonseca (2010) ressalta a função de Keynes como voz-síntese contra o liberalismo clássico. Porém, se o argumento de Victoria Chick é correto, o foco da *Teoria geral* é na explicação, ou seja, nos elementos teóricos. Então, a forma como o Estado agiria abrangia ainda outros aspectos teóricos que precisariam ser descritos.

Era preciso, por isso, demonstrar que as condições de realização dos investimentos decididos por uma lógica distinta da de mercado eram viáveis e que teriam as repercussões esperadas. Não que a incerteza, como mágica, deixasse de existir no campo das decisões públicas. Mas o indispensável crivo de avaliações coletivas, por corpos técnicos, e a avaliação

4 A eficiência marginal do capital é um termo utilizado na escola keynesiana para se referir à taxa de retorno de aplicação em um ativo em específico. A liquidez desse ativo pode ser a mais variada, indo de total, caso em que o retorno é igual à taxa de juros, até o investimento mais pesado e cujo retorno pode ser muito difícil de calcular previamente.

5 Carvalho (1999) formula a mesma questão fundamental ao contrapor Estado e mercado da seguinte maneira: “A firma tem por objetivo maximizar lucros. Por quê? Porque isso contribui para maximizar a satisfação dos consumidores que possuem esta firma. A firma, portanto, não é um agente. Ela se reduz a consumidores. E o Estado? Como estabelecer sua função objetivo?” (Carvalho, 1999, p. 19).

política final, acabariam trazendo um componente maior de estabilidade.⁶ Além disso, talvez o principal, era que as proposições precisavam passar por avaliações políticas de Estado, dando um conteúdo distinto às decisões de investimento.

Este é o ponto de partida, da perspectiva teórica keynesiana, para analisar a contradição fundamental entre mercado e plano. Na prática, tal contradição já era notada por observação histórica no início do século XX e ela se consolidou teoricamente mais tarde no assim chamado debate sobre o cálculo econômico socialista.

Intervenção e planejamento: as condições concretas

Mas antes de prosseguir no âmbito da teoria econômica, é preciso destacar que o processo de substituição do cálculo econômico capitalista por uma lógica distinta é um resultado empírico da história. Neste sentido, Tony Judt (2005), no seu livro de investigação das condições de desenvolvimento da Europa no pós-Segunda Guerra Mundial, mostra que as “políticas keynesianas” são produto de condições históricas do pós-guerra. Essas políticas foram resultado da ampliação do leque das funções sociais do Estado, se comparadas com as do século XIX. E a ampliação não se deu propriamente pelas razões apontadas por Keynes nas passagens acima, ou mesmo por sua contribuição específica na *Teoria geral*,⁷ mas por exigências das condições sociais do imediato pós-guerra. Neste sentido, seguindo ainda Tony Judt, a ideia de intervenção do Estado e mesmo do planejamento no âmbito do capitalismo, nasce das circunstâncias históricas de guerra, e da confluência de diferentes visões políticas, à esquerda e à direita, que tinham postura crítica ao *laissez-faire* desde antes da Primeira Guerra Mundial.

6 Os esquemas atuais de elaboração de orçamentos e planos de governo podem servir de analogia para mostrar que a atividade pública é muito mais complexa, porém acrescenta um componente institucional às definições do investimento estatal que podem traduzir, para o âmbito público, aquilo que a Eficiência Marginal do Capital representa para o âmbito privado.

7 A repercussão da *Teoria geral* foi realmente ampla. Szmrecsányi (1984, p. 33), na introdução que faz à coletânea Keynes, publicada em português e da qual é organizador, a propósito da repercussão do livro, diz o seguinte: “[. . .] a repercussão dessa obra [a TG] foi imediata e muito intensa, gerando a publicação de um grande número de comentários pró e contra as ideias de Keynes, bem como de vários trabalhos correlatos ou derivados da temática da *Teoria geral*. Embora não caiba nesta Introdução apresentar uma relação mesmo que aproximada de tais trabalhos, deve-se, pelo menos, mencionar alguns dos mais importantes. Entre estes, ocupam, sem dúvida, um lugar de destaque os dois artigos que deram origem ao chamado «modelo Harrod-Domar» de crescimento econômico, e os vários livros do principal discípulo norte-americano de Keynes, Alvin H. Hansen”.

Tony Judt (2005) sustenta que a ideia do planejamento público já vinha inscrita em diferentes visões da política, e que estas vão convergir por conta das condições de escassez impostas pela guerra. Assim, da mesma forma que a *Teoria geral* legitimou as intervenções do Estado que garantiam condições mínimas sociais a partir da Crise de 1929, ela fez o mesmo para tornar essas intervenções estruturais no pós-Segunda Guerra Mundial.⁸ E, evidentemente, o mesmo ocorreu com a ideia de que o planejamento público social fosse indispensável.

Por outro lado, como a formação da União Soviética adentrara a economia regulada por outra via, diferente da dos países capitalistas, seria possível imaginar que o intervencionismo no Ocidente pudesse ser influenciado pela experiência do governo bolchevique. No entanto, Judt (2005) argumenta que tal raciocínio não corresponde à emergência do planejamento de natureza capitalista como se deu na prática, ou seja, a crença no plano em contraposição ao Estado liberal não foi derivada do exemplo da União Soviética:

It is sometimes suggested that this faith in planning, the political religion of post-war Europe, derived from the example of the Soviet Union: a planned economy that had ostensibly escaped the traumas of capitalist Europe, withstood the Nazi assault and won the Second World War thanks to a series of detailed Five Years Plans. This is entirely mistaken. In post-war western and central Europe only Communists put their faith in Soviet-style Plans (about which they knew very little), and even they had no notion of how such Plans might be applied to their local circumstances. The Soviet obsession with numerical targets, production quotas and centralized direction was alien to all but a few of the contemporary western advocates of planning. The latter — and they came in many varieties — were drawing on a very different set of sources (Judt (2005)).

De acordo com Judt, o planejamento do tipo soviético só era desejado no Ocidente por comunistas, e ainda assim, estes sabiam muito pouco sobre o planejamento na URSS. Em geral, o conhecimento sobre a economia de comando era muito escasso nos países capitalistas, o que corrobora

⁸ Em Campos (1980) há toda uma argumentação neste mesmo sentido para interpretar Keynes como um ideólogo do capitalismo.

a interpretação de que os defensores de planejamento no Ocidente estavam tirando inspiração para o planejamento de outras fontes.

Com efeito, a ideia de planejamento já em moda bem antes de 1945 remonta à tradição socialista reformista da Áustria e Grã-Bretanha, mas ela não foi a única a forjar o novo Estado capitalista no século XX. Outras correntes que determinaram o formato do planejamento no capitalismo eram ligadas ao reformismo pré-Primeira Guerra. É nesse sentido que podemos dizer que “planejamento” é um tópico de complexidade, que abarca todo um leque de posições políticas conflitantes.

O economista polonês Oskar Lange ([1961] 1967) aborda a história de forma semelhante a Judt (2005), ressaltando que o planejamento de que se trata surge da prática da Guerra e do fim do *laissez-faire*, ou seja, ele não provém do abstrato vinculado ao ideal socialista de coordenação. Miglioli (1982), por outro lado, enfatiza que o planejamento econômico já era existente nos anos 1920 na URSS, e que a partir daí se espalhou para a Europa Ocidental e demais países capitalistas.

De toda forma, qualquer que seja a origem da substituição ideológica do Estado liberal clássico pelo Estado capitalista no século XX, a posição liberal-pragmática de Keynes consubstanciada na *Teoria geral* era perfeita como base de legitimação de um processo que já acontecia de fato. Foi desse modo que as funções do Estado passaram a se desenvolver na direção daquilo que viria a se tornar o *welfare-state*.⁹

Então, em síntese, como uma derivação do argumento de Tony Judt, pode-se dizer que a intervenção maior do Estado na economia, e mesmo a ideia de planejamento, é produto de condições sociais de determinada época. O desenvolvimento do capitalismo global e das formações sociais capitalistas, ao superar o período histórico das transformações elementares que configuram um novo modo de produção, ingressa numa nova etapa em que as funções do Estado se ampliam. Nela as relações estruturais entre mercado e Estado ajustam-se de modo que este último tenha funções ampliadas.

Essa não é propriamente a interpretação que predomina no âmbito dos economistas. De um modo geral, as diferentes escolas que se inspiram

⁹ A racionalidade da formação do *welfare-state* é um tópico aberto de discussão. Judt (2005), ressaltando que o termo *planejamento* não é acurado, devido às especificidades de intervenção em cada país, parece dar um sentido político de “socialmente justo” ao *welfare-state*, rejeitando a hipótese de que o Estado do bem-estar social é uma reação de proteção do capitalismo em relação à revolução socialista, posição dos marxistas ortodoxos. As duas interpretações derivam da discussão de estratégia política que diferencia a Social Democracia como uma opção reformista em relação à via revolucionária clássica.

nas proposições da *Teoria geral* a veem como um elemento central da mudança no papel do Estado, que se consolida nos anos 1930 e particularmente nos anos 1940. Em outras palavras, não conseguem diferenciar as proposições teóricas, a filosofia social de Keynes, do seu resultado concreto. Esses dois elementos seriam idênticos. Apenas leitores mais cuidadosos da *Teoria geral* são capazes de apontar as diferenças entre o conteúdo das chamadas “políticas keynesianas” e a natureza das proposições de Keynes, sobretudo as do capítulo 24.¹⁰

Contudo, o entendimento de que o planejamento é uma decorrência lógica da *Teoria geral* parece bem aceito. Assim, neste caso particular, parece haver convergência entre as propostas de Keynes com a evolução histórica do planejamento no âmbito das economias capitalistas. Por outro lado, deixamos claro, seguindo a recuperação dos fatos feita por Tony Judt e Oskar Lange, que não houve, diretamente, uma disseminação ideológica e consciente de *planning*. Ou seja, o planejamento não brotou das “ideias dos economistas e dos filósofos políticos”, como o próprio Keynes poderia argumentar, mas da evolução histórica como ela mesma se deu com a passagem da era dos impérios para o século XX.¹¹

Ainda assim, esta conclusão não exclui uma possível influência interestatal no que diz respeito às técnicas de operação do planejamento. Aparentemente, as técnicas de planejamento podem ser aplicadas em diferentes amplitudes, de modo que alcance não apenas as economias de planejamento centralizado, como também as outras que poderiam ser consideradas mistas, no espectro que se completa com uma economia regulada plenamente pelo mercado.

Neste contexto, para explicitar como a teoria de Keynes está inscrita num plano mais amplo das circunstâncias concretas da transição da economia de mercado para uma economia coordenada, é preciso recuperar os elementos centrais do debate sobre o cálculo econômico socialista, que contrapôs, num determinado nível de abstração, as duas propostas alternativas de sociedade que se estabeleceram com o fim do liberalismo clássico e com a crise estrutural do sistema capitalista.

10 Sobre a diferenciação entre teoria, filosofia social e resultado da *Teoria geral*, ver Carvalho (1997), pp. 40-1.

11 Um exemplo do argumento tradicional que enfatiza a influência intelectual sobre o desenvolvimento histórico concreto é Skidelsky (2008). Assim, ele escreve que a transição das economias centralmente coordenadas da Rússia e China para economias mistas deveria ser balizada pelos ensinamentos de Keynes, sem perceber que a terceira via se impôs como um resultado histórico necessário que é *refletido a posteriori* no que Keynes escreve.

O debate sobre o cálculo econômico socialista

De acordo com o historiador do pensamento Cláudio Napoleoni (1979, cap. IX), a origem da reflexão teórica sobre planificação pode ser registrada numa posição teórica tomada pelo economista austríaco Ludwig von Mises, que num artigo publicado em inglês em 1935,¹² contestou que uma economia planificada pudesse funcionar de maneira racional. Esse é considerado o início do “problema do cálculo econômico”, que segundo Boettke (2000) constitui uma das maiores contribuições à ciência econômica no século XX.¹³

De forma semelhante, Lange (1936) louva o desafio lançado por Mises ([1920] 1935) como de grande importância para os socialistas, que até então estavam pouco cientes da problemática de alocação na sociedade planificada.¹⁴ Ludwig von Mises foi levado a colocar este desafio teórico como reação à crescente influência dos socialistas, que ainda não haviam se deparado com o problema prático do cálculo econômico em uma sociedade coletivista. O argumento de Mises pode ser resumido assim: na ausência do mecanismo de preços de mercado, é impossível estabelecer a relação da demanda com a produção. O argumento parte da ideia de que a finalidade de qualquer economia, em qualquer contexto institucional, é de tornar mais eficiente a utilização dos recursos escassos na obtenção de determinados fins. Daí a exigência de evidenciar essa escassez por um índice, que na opinião dele não podia ser outro que não preços de mercado, que permitiriam uma medida relativa de escassez (preços relativos).

12 Von Mises (1920). “Economic calculation in the socialist commonwealth”, in: Hayek, F. A. (1935) *Collectivist economic planning*, Londres, 1920. Original: *Die Wirtschaftsrechnung im sozialistischen Gemeinwesen* [Cálculo econômico na comunidade socialista]. Artigo apresentado na *Nationalökonomische Gesellschaft*, depois publicado no *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* (1920).

13 Os principais textos do debate sobre o cálculo econômico foram editados por Boettke (2000), que tem por objetivo organizar as contribuições direcionadas à construção da teoria do planejamento socialista. Para uma apresentação do debate com enfoque no lado teórico, ver Barbieri (2004). Para uma resenha que relaciona a discussão teórica com eventos concretos do século XX e subdivide o tópico em quatro rodadas específicas, ver Albuquerque (2008).

14 À primeira vista pode parecer contraditório que uma figura tão politicamente oposta ao comunismo possa ter dado uma contribuição genuína à causa dos trabalhadores. Lange (1936) sugere até que se erga uma estátua a Mises em um eventual Ministério de Planejamento do Estado Socialista, como forma de demonstração de que até os economistas burgueses mais convictos são impelidos a contribuir quando lidam com os problemas econômicos cientificamente. É nesse sentido que Lange (1936) salienta que “o socialista e o economista vão enxergar a realização do professor Mises diferentemente: um estado estranho de divergência de suas opiniões, que, para Mises, precisa ser a regra”.

Como numa economia centralmente planejada não há mercado, por definição, haveria espaço apenas para a desordem alocativa.

Napoleoni destaca duas respostas a esta afirmação, uma de Lange e outra de Dobb. A de Lange, que segundo ele foi um dos principais pontos de partida da discussão moderna de planificação, é de rejeição completa do argumento de Mises.¹⁵

A questão que vai então surgir é que Lange não consegue imaginar uma forma de determinação dos preços relativos numa economia planejada, senão como algo muito parecido com o mecanismo de mercado na estrutura concorrencial, evidentemente construído a partir de instituições próprias ao socialismo. Mesmo assim, ele vai sustentar a tese de que num nível de abstração elevado as questões teóricas seriam as mesmas postas pelo modelo convencional de Equilíbrio Geral. Isso não significa que os sistemas de mercado e de planificação são iguais, apenas que sua formalização matemática é equivalente, já que os princípios de economia devem ser universais, ou seja, abranger todas as formas de organização social da produção e distribuição.¹⁶ Assim, a analogia existente entre a economia de mercado competitivo e a socialista é puramente formal, de tal forma que a distribuição real dos valores de uso seja efetivamente diferente nos dois casos.

A força da resposta de Lange consiste na reafirmação e refinamento do argumento de que, logicamente, não existe impossibilidade para a obtenção da informação relacionando a demanda com a produção na economia de propriedade coletiva. É a partir de então que não se contesta mais a viabilidade teórica da economia planejada, mas sua praticidade. De acordo com Boettke (2000), depois de Mises ter dominado o debate desde 1920, a posição de Lange predomina de 1937 em diante, perdendo força somente a partir de 1985. De acordo com Napoleoni (1979),

A posição de Lange exige um julgamento complexo, visto que contém elementos positivos e negativos. O principal elemento positivo

15 Dobb contesta que o problema da valoração seja decisivo para uma economia planejada. Sobre a reação de Dobb, ver Napoleoni (1979, p. 152).

16 Este é um ponto de controvérsia entre os que pensam que as leis econômicas sempre são historicamente determinadas (marxistas e historiadores de outras correntes teóricas) e os que acreditam que existem princípios gerais que delimitam toda formação econômica possível (toda escola de pensamento que tende a naturalizar as relações sociais de produção do capital). Oskar Lange, reconhecendo que Karl Marx não pôde desenvolver esta questão com mais rigor à época em que o materialismo histórico estava se formando, se encontra isolado justamente entre estes dois grupos.

consiste no fato de que, com Lange, pela primeira vez, um defensor da planificação reconhece a seriedade da crítica de von Mises. Antes de Lange, de fato, a literatura socialista caracteriza-se pela incapacidade de se dar conta de quais fossem os problemas efetivos de uma economia planificada. Com efeito, o problema colocado por von Mises, isto é, o problema da racionalidade, não é de fato, como esta literatura procurava então sustentar, um problema típico de uma economia burguesa, mas sim um problema geral, visto que qualquer economia tem de resolver o problema da utilização eficiente dos recursos escassos. O grande mérito de Lange foi portanto o de ter esclarecido este ponto e além disso o de ter trazido à luz a importância de toda a teoria econômica de origem walrasiana, para a solução racional dos problemas da planificação (Napoleoni, 1979, p. 151).

Por isso, provavelmente antevendo já a reação de Lange (1936), Hayek ([1935] 2009) e Robbins ([1934] 2009), seguidores de Mises, alteram o argumento original da seguinte forma: eles admitem que do ponto de vista teórico os preços possam ser calculados numa economia planificada, porém contestavam que isto pudesse realizar-se concretamente, por dois motivos. O primeiro era porque o sistema de equações no qual se exprime o equilíbrio econômico geral é tão vasto e complexo que foge à possibilidade de cálculo, sobretudo no contexto histórico em que o debate ocorreu. O segundo era porque, também no terreno da viabilidade prática, mesmo que o cálculo pudesse ser feito, ele sempre teria uma defasagem em relação ao contexto real em que as relações aconteciam concretamente. Portanto, uma posição menos rígida que a de Mises.

De nosso ponto de vista, essa discussão específica sobre o cálculo da escassez, a expressão universal de um elemento central da economia, que Lange considerava universal, está na origem dos desenvolvimentos da técnica de planejamento. Note que o problema no debate sobre o cálculo econômico socialista consiste em determinar como se dá o cálculo econômico em uma sociedade cuja alocação dos recursos não se dá exclusivamente pelo mercado, ou seja, pela maximização do lucro. Este é justamente o problema que emerge da *Teoria geral*: o que substituir como critério de decisão de investimento pela comparação entre Eficiência Marginal do Capital e taxa de juros?

Entendemos que neste ponto específico houve influência mútua das formas pelas quais o planejamento se apresentou no âmbito do capitalismo

e do socialismo, ou seja, apontamos que este debate abstrato coloca os sistemas antagônicos reais do século XX em contato, mesmo que muitas questões teórico-práticas tenham se estabelecido no período do pós-guerra. Mas de que maneira capitalismo e socialismo entram em contato por meio do debate sobre planejamento *versus* liberalismo?

Segundo Lange (1937), a discussão sobre o cálculo econômico socialista e a oposição entre capitalismo e socialismo se resume à possibilidade de o modo de produção do capital conseguir manter o desenvolvimento das forças produtivas. Durante a era do “capitalismo competitivo”, o avanço técnico da produção ocorreu indubitavelmente, como os próprios socialistas admitem e, por esta razão, as forças produtivas estavam em consonância com as relações sociais de produção. Contudo, a partir da crise deflagrada em 1930 e da constituição do capital monopolista, há barreiras efetivas à disseminação dos avanços técnicos.

Diante dessas condições, o foco da política de desenvolvimento passa a ser a manutenção da demanda efetiva, que se expressa para Lange (1937) no intervencionismo que ascende com o fim do *laissez-faire*. Este seria o planejamento de natureza intrinsecamente capitalista. Então, ao continuar entravando o avanço técnico, o capitalismo gera desemprego ao exaurir as oportunidades de investimentos lucrativos. É por isso que, ainda de acordo com Lange (1937), a *Teoria geral* de Keynes (1936) é uma “análise brilhante” na medida em que certamente aponta para os investimentos públicos como forma de manter a população trabalhando. Por outro lado, o problema permanece porque essa manobra não evoca necessariamente o progresso tecnológico na produção, mas apenas coordena a economia com o objetivo de atingir o pleno emprego.

Como argumenta Carr (1947), a coordenação econômica do Ocidente admirava o planejamento do tipo soviético porque este empregava de fato toda força de trabalho disponível, que era justamente a meta do plano de natureza capitalista. O sentido do argumento de Oskar Lange é que os conflitos entre liberalismo e intervencionismo do século XX seriam reflexos da dificuldade do capitalismo em continuar a revolucionar as forças produtivas, o que abre a possibilidade para uma eventual organização socialista da produção. Essa é a base sobre a qual o conflito ideológico característico da Guerra Fria deve ser entendido. Por essa razão, o debate sobre planejamento, um procedimento técnico científico para coordenar a combinação dos insumos para obter produtos, sempre tem como pano de

fundo o conflito político entre os modos de produção capitalista e socialista. Este seria, em suma, o núcleo de todo debate. Há basicamente três propostas de saída desse problema do entrave do avanço técnico:

(a) o retorno ao sistema de competição livre, que para Lange (1937) é impossível devido ao tamanho das unidades produtivas do século XX. Este é o caminho adotado pelos liberais que acreditam ser possível recriar as condições que prevaleceram durante a expansão do Império Britânico;

(b) a segunda proposta é aquela em que o planejamento da produção e do investimento seja implementado sem a abolição da propriedade privada, ou seja, uma coordenação onde o Estado teria uma função destacada. Aqui se encontram os que buscam conciliar as condições práticas impostas pela história com os princípios burgueses, como parece ser o caso de Keynes. Lange (1937) opina que esta solução encontra dificuldades na medida em que haveria um conflito constante entre as corporações e os ditames do plano, porque nem sempre se poderia seguir a lógica de máxima valorização, o que acarretaria retornos negativos aos proprietários dos grandes capitais. Por isso, o resultado seria de instabilidade política;

(c) a terceira solução, à qual Lange (1937) adere, é o socialismo, onde a propriedade sobre os meios de produção é abolida. Esta seria, segundo ele, a única forma de dar continuidade ao progresso econômico que deriva do avanço técnico na produção. Assim, apesar de ser uma solução alcançada logicamente, ou seja, um resultado científico, Lange (1937) ressalta que este caminho é negado por aquelas classes que têm interesse em manter o *statu quo*. Por esta razão, ele escreve que “a solução socialista só pode ser completada com a quebra do poder político destas classes” (Lange (1937), p. 133).¹⁷

E como Keynes se posicionou em relação a este debate? Ao que parece, ele se envolveu limitadamente com o problema do cálculo econômico, discutindo de forma direta apenas com Hayek. Conforme a apresentação de Sheamur (1997), Keynes e Hayek parecem ter argumentos muito próximos, sobretudo no aspecto político, e que circundam a periculosidade do aumento do poder do Estado sobre a sociedade. De forma similar, Lambert (1963) destaca que Keynes estava moral e filosoficamente de acordo com o *Caminho da servidão* de Hayek. No entanto, Keynes argumentava que o

17 O debate sobre o cálculo econômico teve a participação de vários outros economistas que não podem ser abordados aqui, como Pierson, Barone, Cassel, Dickinson, Durbin, Hoff entre outros. Para uma análise das contribuições, ver a história do debate apresentada por Barbieri (2004).

“caminho do meio” parecia ser muito mais praticável do que Hayek supunha.

Por outro lado, a intercomunicação entre os dois autores parece que não lida com o cálculo econômico na sociedade socialista propriamente dita, de tal forma que a teoria de Keynes deve ser relacionada com a controvérsia sobre a alocação na economia planificada com o suporte de outras referências, que não teriam compromisso científico com a questão do cálculo. De toda forma, o que se pode concluir é que, politicamente, Keynes se encontra na vertente da terceira via, como apontado por Lange (1937). Por isso, a proposta de planejamento que emerge da *Teoria geral* difere da proposta de planejamento da sociedade socialista. Infelizmente, diferente de Mises e da escola austríaca, o posicionamento teórico de Keynes em relação ao cálculo econômico é difícil de estabelecer, e por isso, quando se tenta posicioná-lo no debate, a análise fica restrita ao campo de embate ideológico-político.¹⁸

Conclusão

Entendemos que a natureza da retomada recente da Teoria Keynesiana ocorre de forma muito semelhante à do pós-Segunda Guerra Mundial: como uma forma de legitimação de decisões políticas de governos tomadas em razão das condições críticas do desenvolvimento das economias nacionais, não obstante as evidências, desde os anos 1990, da existência uma economia mundial, nos termos de Theotônio dos Santos (1993).

Essa constatação ajuda a retomada da discussão do significado da *Teoria geral* no período do entreguerras e, particularmente, no período do pós-guerra. Neste contexto, engendra-se a mudança no papel do Estado capitalista, que passa a incorporar novas funções. Nascem ali as “políticas keynesianas” e o planejamento estatal como uma característica também das economias capitalistas. São dois resultados a que se chega a partir da análise das repercussões teóricas e práticas da obra *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*.

18 Uma busca mais detalhada é necessária para averiguar se não existem realmente textos que possam posicionar Keynes no debate sobre o cálculo econômico socialista. A detalhada apresentação do debate feita por Barbieri (2004) mostra que no centro da discussão estavam apenas as escolas austríaca, neoclássica e marxista. Além disso, Keynes não está relacionado de forma direta com nenhum debatedor, o que reforça a hipótese aqui apresentada de que ele só conseguiu participar do conflito em seu nível político e ideológico, não científico.

Primeiro, a ideia de que o Estado coordenador teria se espalhado a partir das propostas abstratas postas no livro precisa dar espaço à interpretação mais aceita entre os historiadores, de que o aumento de intervenção é um resultado histórico imposto por condições que escapam aos poderes de pessoas isoladas, por mais influentes que sejam.

Segundo, o tipo de intervenção consonante com as proposições de Keynes difere da proposta de planejamento da sociedade socialista. Esta diferença, ainda que não tenha sido explorada no artigo, indica que Keynes estava posicionado, mesmo que de forma não explícita no debate sobre o cálculo econômico socialista. Afinal, como ficou exposto no final da primeira seção, o desenvolvimento lógico da *Teoria geral* implica a comparação entre os cálculos de critérios distintos: de um lado, a comparação entre a Eficiência Marginal do Capital e taxa de juros, do outro, uma lógica diferente, onde o Estado parece ter papel central e o socialismo se esboça como forma social conforme.

Nesse sentido, parte da crítica às políticas econômicas de cunho keynesiano, sobretudo a crítica liberal, deve-se à crença de que o aumento do campo de ação do Estado levaria tendencialmente ao socialismo. De acordo com o presente estudo, não se pode estabelecer de forma definitiva se esta tendência existe, tanto teoricamente quanto em relação ao processo de desenvolvimento histórico do capitalismo. Por outro lado, é preciso considerar os argumentos de Lange de que, visto de outra ótica, a da centralidade do progresso técnico, o processo de coordenação pode ser mais adequado às instituições sociais do socialismo do que do capitalismo.

Finalmente, dada a natureza muito semelhante dos problemas práticos de realização do planejamento em economias capitalistas e socialistas, conclui-se que, se não houve influências mútuas no que tange ao desenvolvimento da técnica de planejamento, pelo menos existiu um diálogo entre economistas de diferentes correntes acerca da inevitabilidade da intervenção com o fim do *laissez-faire*. Sintomático disso é o fato de economistas teóricos de escolas de pensamento tão distintas estarem discutindo exatamente as mesmas questões, quais sejam, sobre como o cálculo econômico socialista funciona, o que equivalente à indagação sobre o que deve substituir, enquanto critério de investimento, a comparação entre a Eficiência Marginal do Capital e a taxa de juros.

Referências

- ALBUQUERQUE, E. M. Plano X mercado na história do pensamento econômico: quatro rodadas de um grande debate. *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 38, n.º 2, pp. 373-95, 2008.
- BARBIERI, F. *História do debate do cálculo econômico socialista*. Doutorado. São Paulo: FEA, USP, 2004.
- BARRO, R. J. Government spending is no free lunch. *Wall Street Journal*, January 22, 2009.
- BEAUD, M. & DOSTALER, G. *Economic thought since Keynes – a history and dictionary of major economists*. Londres: Routledge, 1995.
- BOETTKE, P. J. (org.). *Socialism and the market: the socialist calculation debate revisited*. Londres e Nova York: Routledge, 2000.
- BOETTKE, P. J. Towards a history of socialist planning. In: BOETTKE, P. J. (org.). *Socialism and the market: the socialist calculation debate revisited*. Londres e Nova York: Routledge, 2000.
- CAMPOS, L. *A crise da ideologia keynesiana*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- CARR, E. H. *The soviet impact on the Western World*. Nova York: The Macmillan Company, 1947.
- CARVALHO, F. C. Economic policies for monetary economies – Keynes economic policies proposals for unenemployment-free economy. *Revista de Economia Política*, vol. 17, n.º 4 (68), out.-nov. 1997.
- CARVALHO, F. C. Mercado, Estado e teoria econômica: uma breve reflexão. *Revista Econômica*, UFF, vol. 1, n.º 1, pp. 9-25, 1999.
- CHICK, V. *Sobre moeda e método e Keynes*. Campinas: Ed. Unicamp, 2010.
- FONSECA, P. C. D. Keynes: o liberalismo como mito econômico. *Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 19, n.º 3 (40), pp. 425-47, 2010.
- FRANCO, G. H. B. Uma introdução ao artigo ‘Sr. Keynes e os Clássicos: uma sugestão de interpretação’. In: *Clássicos de literatura econômica*, Rio de Janeiro: Ipea, 1988.
- HANNSGEN, G. & PAPADIMITRIOU, D. B. Lessons from the New Deal: did the New Deal prolong or worsen the Great Depression? In: *Working Paper*, n.º 581, The Levy Economics Institute of Bard College, 1989. Disponível em <http://www.levyinstitute.org/pubs/wp_581.pdf>. Acesso em 1.º-2-2011.

- HAYEK, F. A. [1935]. The present state of the debate. In: HAYEK, F. A. (org.). *Collectivist economic planning: critical studies on the possibilities of socialism*. Auburn, Alabama: The Ludwig von Mises Institute, 2009.
- HAYEK, F. A. [1944]. *The road to serfdom*. The University of Chicago Press, 2007.
- HICKS, J. R. Recollections and documents. *Economica*, fev. 1973.
- HICKS, J. R. *Casuality in economics*. Nova York: Basic Books, 1979.
- HICKS, J. R. [1937]. Sr. Keynes e os clássicos: uma sugestão de interpretação. In: *Clássicos de literatura econômica*, Rio de Janeiro: Ipea, 1988.
- JUDT, T. *Pós-guerra – uma história da Europa desde 1945*. São Paulo: Objetiva, 2007.
- JUDT, T. *Postwar: a history of Europe since 1945*. Penguin Books, 2005.
- KEYNES, J. M. [1936]. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.
- KICILLOF, A. *Fundamentos de la Teoría General – las consecuencias teóricas de Lord Keynes*. Buenos Aires: Eudeba, 2007.
- LAMBERT, P. The social philosophy of John Maynard Keynes. *Annals of Public and Co-operative Economy*, vol. 34, pp. 483-515, 1963.
- LANGE, O. [1961]. *Introdução à econometria*. São Paulo e Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- LANGE, O. On the economic theory of socialism: part one. *The Review of Economic Studies*, vol. 4, n.º 1, pp. 53-71, 1936.
- LANGE, O. On the economic theory of socialism: part two. *The Review of Economic Studies*, vol. 4, n.º 2, pp. 123-42, 1937.
- MIGLIOLI, J. *Introdução ao planejamento econômico*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MILGATE, M. Schumpeter e Keynes: sobre as possibilidades econômicas do capitalismo. In: AMADEO SWALEN, E. J. *John M. Keynes: cinquenta anos da Teoria Geral*, pp. 63-82, 1989.
- MISES, L. von [1920]. Economic calculation in the socialist Commonwealth. In: HAYEK, F. A. *Collectivist economic planning*, Londres, 1935.
- MISES, L. von [1922]. *Socialism: an economic and sociological analysis*. Ludwig von Mises Institute, 2009. <<http://mises.org/store/Socialism-P55.aspx>>. Acesso em 11-2-2011.
- MOGGRIDGE, D. E. *As ideias de Keynes*. São Paulo: Cultrix, 1976.

- NAPOLEONI, C. *O pensamento econômico do século XX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- OHANIAN, L. E. The depression divide. *Forbes*, July, 15, 2009. <www.forbes.com/2009/07/14/great-depression-economists-work-share-nira-productivity-opinions-contributors-lee-e-ohanian.html>.
- OREIRO, J. L. & DE PAULA, L. F. Pós-keynesianos e o intervencionismo estatal. *Valor Econômico*, 6-11-2003.
- REYNOLDS, A. Big government, big recession. *Wall Street Journal*, August, 21, 2009.
- ROBBINS, L. [1934]. *The great depression*. New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers, 2009.
- SANTOS, T. *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- SHEAMUR, J. Hayek, Keynes and the State. *History of Economics Review*, vol. 26, summer 1997.
- SKIDELSKY, R. The origin of Keynesian economics and some applications to restructuring and globalization. In: FORSTATER, M. & WRAY, R. (orgs.). *Keynes for the twenty-first century*. Macmillan, 2008.
- SZMRECSÁNYI, T. (org.). *Keynes*. 2.^a edição. São Paulo: Ática, 1984.